

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COMBATE À POBREZA:
SISTEMATIZAÇÃO DE TRÊS EXPERIÊNCIAS
NO ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL.**

Ailton Dias dos Santos, Eng. Agrônomo/CTA-ZM.

Glauco Regis Florisbello, Eng. Agrônomo/ CTA-ZM.

Caixa Postal 128 - CEP 36570-000 - Viçosa-MG, Brasil.
Telefax: 55. 31. 3892 2000 E.mail: cta@ctazm.org.br

Resumo Executivo

A Zona da Mata¹ é uma região formada por 142 municípios localizados na porção leste do Estado de Minas Gerais, Brasil. Trata-se de uma região de relevo montanhoso, e originalmente coberta pela Floresta Tropical Atlântica que inspirou o próprio nome da região. No meio rural dos municípios predominam pequenas propriedades normalmente exploradas com mão-de-obra familiar. A agricultura e a pecuária leiteira formam a base da economia da grande maioria dos municípios da região, ao passo que o baixo índice de industrialização e de produção de divisas fazem da Zona da Mata uma das regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais.

Em 1987 lideranças sindicais e profissionais de ciências agrárias preocupados com a busca de alternativas técnicas, sociais, políticas e econômicas para a agricultura familiar fundaram o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA). Nos seus primeiros anos de atuação o CTA assessorou grupos informais ligados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) de 12 municípios da região na geração, adaptação e difusão de tecnologias tendo como premissa a sustentabilidade ambiental, econômica e social e a melhoria das condições de vida das famílias.

Após alguns anos de atuação do CTA constatou-se os limites da intervenção centrada nos grupos internos às organizações já que a mesma produzia mudanças importantes para as famílias mas sem alterar o contexto mais amplo onde estas famílias se inseriam, ou seja, as comunidades e municípios. No início dos anos 90 o CTA busca uma nova abordagem que levasse em conta as complexidades e a diversidade dos problemas do meio rural. Em 1993-94 realiza-se no município de Araçuaia um processo de diagnóstico e planejamento participativo para orientar as ações do STR local e do CTA no apoio à agricultura familiar, de forma mais ampla e para além dos aspectos tecnológicos da produção agrícola. Era o início da abordagem territorial do desenvolvimento rural pelo CTA, que seria aperfeiçoada e aplicada nos municípios de Tombos, a partir de 1998, e de Acaiaca, a partir de 2001. A

¹ O termo Zona da Mata pode ser traduzido para o espanhol como *Región del Bosque*.

intervenção nestes três municípios envolveu a realização de um diagnóstico da realidade, elaboração participativa e implementação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). O propósito dos planos foi de orientar a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas tanto para a agricultura familiar, quanto para o meio rural dos municípios, como um todo. O fortalecimento das organizações dos agricultores familiares e a incorporação da agroecologia como matriz tecnológica a ser perseguida, balizaram cada uma das três experiências.

Passados mais de 10 anos do início da intervenção pautada em processos de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR), a equipe técnica do CTA decidiu realizar a sistematização das experiências de Araponga, Tombos e Acaiaca. A sistematização teve como grandes eixos o Desenvolvimento Institucional, Transformação produtiva e Combate à Pobreza e como temas ou recortes específicos o Planejamento Municipal, Parcerias, Agroecologia, Participação e Relações Sociais de Gênero. O texto aqui apresentado limita-se a discutir especificamente o eixo Combate à pobreza em cada uma das experiências. Os demais eixos e temas serão tratados em um documento complementar à parte.

Os processos de DTR tem contribuído para melhorar as condições de vida das famílias carentes dos três municípios aqui analisados? Para responder a esta pergunta considerando a complexidade do tema, optou-se por tratar o problema segundo a abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis (MVS) segundo a qual a pobreza deve ser compreendida como um *contexto de vulnerabilidade* onde as pessoas estão inseridas. Assim, iniciativas de combate à pobreza rural devem pautar as suas ações nos entraves identificados no contexto e tendo como foco central as pessoas.

A abordagem dos MVS tem sido sugerida por organismos internacionais como o Ministério para o Desenvolvimento Internacional (DFID), do governo britânico, como um arcabouço pode ser utilizado na análise da situação de pobreza e proposições de políticas e ações para a sua erradicação. Procura-se, nesta abordagem, caracterizar o contexto onde vivem as pessoas pobres e a ocorrência de cinco tipos de recursos ou capitais com os quais as

famílias podem contar para superar a sua condição de vulnerabilidade: capital humano, social, natural, físico e financeiro.

A sistematização das experiências demonstra que em cada município as famílias recorrem a recursos diferentes para superar a condição de pobreza. Observa-se também que, os processos de DTR tem provocado uma elevação dos cinco tipos de recursos, em diferentes níveis, com resultados positivos concretos. Uma outra constatação é de que a ampliação destes recursos, por meio dos processos de DTR, ocorrem a partir de uma base ou de uma estrutura já existente em cada município. Portanto, estes processos não criam novos recursos a partir do nada, mas sim a partir dos projetos, expectativas estrutura organizativa e institucional existentes em cada local.

Uma outra constatação é de que os recursos ou capitais apresentam uma forte interdependência. Em Araponga, a existência de capital social e coesão social das famílias foi condição determinante para o aumento substancial dos recursos humanos, físicos, naturais e financeiros com os quais as famílias carentes podem contar. Em Tombos, uma base organizativa forte dos agricultores familiares foi fundamental para que se conseguisse um aumento do capital financeiro, físico e humano disponíveis, alterando consideravelmente o cenário da agricultura familiar no município. Em Acaiaca, embora a experiência seja relativamente recente, observa-se o aumento da auto-estima das famílias e dos laços de confiança e cooperação entre os agentes públicos e privados. Estes fatores indicam uma elevação dos níveis dos capitais humano e social existentes no município.

Palavras Chave: Desenvolvimento Territorial Rural; municípios; combate à pobreza,

Resumen ejecutivo

La Zona da Mata¹ es una región formada por 142 municipios localizados en la región este del Estado de Minas Gerais, Brasil. Se trata de una región de relieves montañosos y originalmente cubierta por la floresta Tropical Atlántica que inspiró el propio nombre de la región. En el medio rural del municipio predominan pequeñas propiedades normalmente explotadas con mano de obra familiar. La agricultura y la pecuaria lechera forman la base económica de la gran mayoría de los municipios de la región, sin embargo, el bajo índice de industrialización, de producción y divisas hacen de la Zona de la Mata unas de las regiones más pobres del Estado de Minas Gerais.

En 1987 dirigentes sindicales y profesionales de ciencias agrarias preocupados con la búsqueda de alternativas técnicas, sociales, políticas y económicas para la agricultura familiar fundaron el Centro de Tecnologías Alternativas de la Zona da Mata de Minas Gerais (CTA). En sus primeros años de actuación el CTA asesoró grupos informales ligados a los sindicatos de los Trabajadores Rurales (STR) de 12 municipios de la región en lo que respecta a la producción, adaptación, y difusión de tecnologías asumiendo como premisa la sustentabilidad ambiental, económica, social y la mejora de las condiciones de vida de las familias.

Después de algunos años de actuación del CTA, se constataron los límites de la intervención centrada en los grupos internos de las organizaciones ya que, esta producían transformaciones importantes para las familias, sin embargo, no alteraban el contexto más amplio donde las familias se insertaban, es decir las comunidades y los municipios. En inicios de los años 90 el CTA procura una nueva forma de intervención que contemple las complejidades y la diversidad de los problemas del medio rural. Entre los años 1993-1994 se realiza en el municipio de Araponga un proceso de diagnóstico y planeación participativo para orientar las acciones del STR local y de CTA, en apoyo a la agricultura familiar de forma más amplia, superando los aspectos tecnológicos de la producción agrícola. Era el inicio de la expansión territorial del desarrollo rural por el CTA, que sería perfeccionada y

¹ El término de Zona da Mata puede ser traducido para el Español como *Región del Bosque*.

aplicada en los municipios de Tombos, a partir del año 1998, y de Acaiaca a partir del año 2001. La intervención en estos tres municipios exigió la realización de un diagnóstico de la realidad, elaboración participativa y la implementación de un Plan Municipal de Desarrollo Rural (PMDR). El propósito de los planes correspondieron a orientar la elaboración e implementación de políticas públicas dirigidas tanto para la agricultura familiar, cuanto para el medio rural de los municipios, como un todo. El fortalecimiento de las organizaciones de los agricultores familiares y la incorporación de la agroecología como matriz tecnológica para ser alcanzada, delimitaron cada una de las tres experiencias.

Después de 10 años desde el inicio de la intervención planteada en proceso de Desarrollo Territorial Rural (DTR) el equipo técnico de CTA decidió realizar la sistematización de las experiencias de Araonga, Tombos y Acaiaca. La sistematización tuvo como grandes ejes el Desarrollo Institucional, Transformación productiva, Combate a la Pobreza y como temas o recortes específicos el Plan Municipal, Colaboraciones institucionales, Agroecología, Participación y Relaciones Sociales de Género. El texto presente se limita a discutir específicamente el eje de Combate a la pobreza en cada una de las experiencias. Los demás ejes y temas serán tratados en un documento complementario.

Los procesos de DTR han contribuido para mejorar las condiciones de vida de las familias necesitadas de los tres municipios aquí analizados? Para responder a esta pregunta considerando la complejidad del tema, se optó por tratar el problema según los términos de los Medios de Vida Sustentable (MVS) según el cual, la pobreza debe ser comprendida como un *contexto de vulnerabilidad* donde las personas están insertas. De este modo, iniciativas de combate a la pobreza rural deben dirigir sus acciones contra los obstáculos identificados en el contexto y contemplando como foco central a las personas.

La intervención de los MVS ha sido sugerida por organismos internacionales como el Ministerio para el Desarrollo Internacional (DFID), del gobierno Británico, como una estructura que puede ser utilizada en el análisis de la situación de pobreza que genere propuestas políticas y acciones para su erradicación. Se procura en esta intervención, caracterizar el contexto donde viven las personas pobres y la utilización de cinco tipos de

recursos o capitales con los cuales las familias pueden contar para superar su condición de vulnerabilidad: capital humano, social, natural, físico y económico.

La sistematización de las experiencias demuestra que en cada municipio las familias recurren a recursos diferentes para superar la condición de pobreza. Por otro lado, se observa, que los procesos de DTR, han provocado un desarrollo de cinco tipos de recursos, en diferentes niveles, con resultados positivos concretos. Una otra constatación es que la ampliación de estos recursos, por medio de procesos de DTR, ocurren a partir de una base o de una estructura ya existente en cada municipio. Por lo tanto, estos procesos no crean nuevos recursos espontáneamente, por el contrario, surgen de proyectos planeados, expectativas estructuradas, experiencias organizativas incluso en el ámbito institucional vigente en el territorio local.

Una otra constatación corresponde a que los recursos o capitales, presentan una fuerte interdependencia. En Araonga, la existencia de capital social y coesión social de las familias fueron condiciones determinantes para el aumento substancial de los recursos humanos, físicos, naturales y financieros con los cuales las familias carentes pueden contar. En Tombos, una fuerte base organizativa de los agricultores familiares fue fundamental para conseguir un aumento del capital económico, físico y humano disponibles, modificando considerablemente el escenario de la agricultura familiar en el municipio. En Acaiaca, hasta ahora la experiencia es relativamente reciente, sin embargo, se observa el aumento del autoestima de las familias, por otro lado, aumento de lazos de confianza y cooperación entre los agentes públicos y privados. Estos factores indican un aumento de las características de capitales tanto humanos como sociales existente en el municipio.

Palabra clave: Desarrollo Territorial, Municipios, Combate a la pobreza.

Lista de Siglas

AFA	Associação dos Agricultores Familiares de Araponga
AMART	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Tombos
APAT	Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DFID	Ministério do Desenvolvimento Internacional – Governo Britânico
DTR	Desenvolvimento Territorial Rural
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCR	Fundo de Crédito Rotativo
IAF	Interamerican Foundation (Fundação Interamericana)
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MVS	Meios de Vida Sustentáveis
PDL	Programa de Desenvolvimento Local
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PMDRS	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Introdução

A Zona da Mata é formada por 142 municípios localizados na porção leste do Estado de Minas Gerais, Brasil. A agricultura e a pecuária leiteira formam a base da economia da grande maioria dos municípios da região, ao passo que o baixo índice de industrialização e de produção de divisas fazem da Zona da Mata uma das regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais. No meio rural dos municípios predominam pequenas propriedades normalmente exploradas com mão-de-obra familiar. No passado a economia da região tivera no café o seu principal produto, porém, com as sucessivas crises na economia cafeeira, a degradação ambiental e a fragmentação das grandes propriedades do passado, predomina nos municípios uma agricultura familiar descapitalizada.

O CTA é uma organização não governamental criada em 1987 por iniciativa de profissionais de ciências agrárias e de lideranças sindicais dos agricultores familiares da Zona da Mata do Estado Minas Gerais. A fundação do CTA foi motivada pela busca de alternativas tecnológicas, organizacionais e políticas que favorecessem o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar da região.

Até o início dos anos 90 a atuação do CTA esteve voltada para a assessoria técnica a grupos informais de agricultores membros dos STR's da Zona da Mata, tomando parte em um movimento em favor da agricultura sustentável. As ações estiveram, portanto, mais centradas nas organizações, sendo que a intervenção era pautada pelos chamados programas temáticos (programa de sementes, programa de criação animal, entre outros) que consistiam em processos de geração e difusão de tecnologias de inspiração agroecológica e adaptadas às condições da agricultura familiar.

Em termos tecnológicos os programas temáticos produziam mudanças substanciais nos sistemas de produção, porém, estas mudanças se limitavam aos grupos assessorados. Não se conseguia produzir mudanças mais abrangentes na realidade das comunidades e dos municípios, o que demonstrava os limites dos programas temáticos e dos processos de difusão e adaptação de tecnologias. Identificava-se a necessidade de uma atuação mais

abrangente, que considerasse as várias dimensões do desenvolvimento sustentável e levasse em conta as complexidades e as condições específicas de cada município ou comunidade rural ou micro-região.

Esta constatação levou o CTA a redefinir as suas estratégias de atuação buscando intervir segundo uma abordagem territorial a partir dos primeiros anos da década de 90. Em 1994 a organização cria o Programa de Desenvolvimento Local (PDL), que tornou-se um dos seus programas mais importantes por permitir a integração das diversas ações da entidade, potencializando recursos e otimizando processos relacionados com as várias dimensões do desenvolvimento sustentável. No PDL os municípios são os territórios nos quais se realizam processos dinâmicos que envolvem o diagnóstico da realidade e o planejamento participativo do desenvolvimento local ou municipal. O marco inicial da abordagem territorial do CTA foi o processo de diagnóstico participativo e elaboração do plano de ação do STR do município de Araponga, entre 1993 e 1994. Desde então é possível perceber um rico processo de aprendizagem e de mudanças na base produtiva da agricultura familiar. Passou-se de uma intervenção centrada em grupos informais do STR para uma atuação voltada para a busca de soluções para problemas coletivos identificados em um território específico: o município.

No final da década de 90 as estratégias de intervenção das organizações passam a priorizar a construção de alianças e parcerias voltadas para o desenvolvimento sustentável, sem que isto implique em perda de identidade ou descaracterização da missão própria do CTA. O processo iniciado em Araponga foi aperfeiçoado e colocado em prática em novos municípios, como em Tombos, a partir de 1998, e Acaiaca, a partir de 2001. Nestes três municípios ocorreram processos de DTR envolvendo a realização de um diagnóstico da realidade e a construção coletiva de um PMDR, contento diretrizes e ações estratégicas a serem viabilizadas por organizações privadas e poder público em favor do desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar.

Os três municípios passaram por processos peculiares de mobilização social dos trabalhadores rurais na última década, o que influenciou marcadamente as propostas de

desenvolvimento local, a atuação do poder público e da sociedade civil. Defende-se que os agricultores e agricultoras devem participar ativamente da vida associativa e política dos municípios. A agroecologia se consolida como proposta tecnológica adequada à realidade da agricultura familiar da região. Neste processo tiveram uma atuação fundamental o CTA e os STR's da Zona da Mata, responsáveis pela formulação, experimentação e validação social de tecnologias e processos participativos voltados para a mudança social e produtiva da realidade local.

As três experiências aqui apresentadas e analisadas referem-se a processos de desenvolvimento que vem ocorrendo em três municípios da região de atuação do CTA. Cabe, portanto, uma breve apresentação de cada um destes municípios:

- a) O município de Araponga corresponde a uma área de 304 Km², de relevo montanhoso, com altitude de 620m (mínima) e 1985m (máxima), acima do nível do mar. A população do município é composta por 7911 pessoas, sendo que 5374 (68%) residem na área rural e 2537 (32%) na área urbana. A economia local é centrada principalmente na produção do café tanto em grandes quanto em pequenas propriedades. A pecuária leiteira e a produção de grãos para a subsistência das famílias são também importantes componentes da economia. No aspecto fundiário o município é formado por um grande número de pequenas propriedades resultantes da subdivisão das grandes fazendas do passado, principalmente pela partilha de herança. O quadro 01, em anexo, demonstra que em 1995-6 existiam em Araponga 634 estabelecimentos agrícolas, dos quais 569 (89,7%) eram familiares e 64 (10,1%) patronais. A área ocupada pela agricultura familiar era de 12239 ha (59%) e pela agricultura patronal era de 8456 ha (40,8%).

- b) O município de Tombos possui uma área de 284 Km², de relevo montanhoso, com altitude variando entre 202m (mínima) e 1219m (máxima) acima do nível do mar. A população de Tombos é composta por 10389 pessoas sendo que destas, 7129 (69%) residem na área urbana e 3260 (31%) na área rural do território. O quadro 02, em anexo, mostra que 1995-6 existiam em Tombos 534 estabelecimentos agrícolas, dos quais 352 (65,9%) eram familiares e 182 (34,1%) patronais. A área ocupada pela agricultura familiar era de 7007 ha (27,6 %) e pela agricultura patronal era de 18403 ha

(72,4%). A economia do município está baseada em duas atividades principais: a pecuária leiteira, na parte baixa do município e o café na parte alta do território. Ao longo da década de 90 a pecuária leiteira se caracterizou pelo baixo nível tecnológico e de investimento, mas também pela atuação de grandes empresas do setor de laticínios que passaram a controlar o mercado de leite e derivados da região. O setor cafeeiro enfrentou problemas com a oscilação dos preços, baixa produtividade das lavouras e alto custo de produção em função da dependência de insumos externos (fertilizantes químicos e agrotóxicos). Apesar disso o cultivo do café ainda prevalece como fonte de renda principal de grandes e pequenos produtores, especialmente nas áreas de maior altitude do município.

- c) Acaiaca é outro pequeno município localizando na divisa entre a Zona da Mata e a região mineradora do Estado de Minas Gerais, contando com uma área de 101 Km², com predominância de relevo montanhoso e altitude variando entre 430m (mínima) e 830m (máxima). A população do município é de 3879 pessoas, sendo que 2375 (61%) residem na área urbana e 1504 (39%) na área rural. O quadro 03, em anexo, mostra que 1995-6 existiam em Acaiaca 235 estabelecimentos agrícolas, dos quais 202 (86 %) eram familiares e 33 (14%) patronais. A área ocupada pela agricultura familiar era de 4226 ha (59,1 %) e pela agricultura patronal era de 2928 ha (40,9%). A economia local está centrada na pecuária leiteira, especialmente nas grandes propriedades, e também pela produção de subsistência (grãos e pequenos animais) praticada pela agricultura familiar. O município conta com um grande número de pequenas propriedades, além de algumas médias e grandes fazendas. Em várias comunidades predominam famílias de meeiros ou arrendatários.

Após 10 anos do início de suas intervenções segundo a abordagem territorial o CTA realizou um processo de sistematização de experiências com o objetivo de ordenar informações, proceder uma análise crítica dos processos e identificar lições aprendidas com cada experiência local (Hurtado, 2001). Para o CTA, a sistematização deveria se pautar sobre os seguintes temas: *a) Planejamento municipal; b) Estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento; c) Agroecologia; d) Participação; e) Relações sociais de gênero.*

No final de 2002 o CTA apresentou ao Fundo Mink'a de Chorlavi um projeto de sistematização das três experiências de DTR. A seleção do projeto pelo fundo levou a equipe do CTA a adotar um recorte temático para a sistematização que levasse em consideração os temas acima e também os eixos ou as grandes linhas sugeridos pelo fundo, a saber: **1) *Desenvolvimento Institucional*; 2) *Transformação Produtiva*; 3) *Combate à Pobreza***. A solução encontrada pela equipe de sistematização foi realizar cruzamentos entre os três grandes eixos sugeridos pelo Fundo Chorlavi e os quatro temas priorizados pelo CTA. Assim, o eixo desenvolvimento institucional passa a incorporar os elementos das experiências que são relacionados com o planejamento municipal e com o estabelecimento de parcerias. O segundo eixo, transformação produtiva, incorpora os temas agroecologia e planejamento municipal. O terceiro eixo, combate à pobreza, relaciona-se com os temas participação e agroecologia.

Este documento procura apresentar o resultado do processo de sistematização relacionado ao eixo específico do Combate à Pobreza. Os demais eixos e temas serão tratados em um outro documento. Na seqüência do documento procura-se apresentar uma breve contextualização sobre a situação das famílias carentes do meio rural dos municípios de Araponga, Tombos e Acaiaca no momento inicial de cada experiência. Em seguida procura-se identificar as ações ocorridas no âmbito do processo de DTR e que tenham surtido maior efeito em termos de combate à pobreza nos municípios.

Desenvolvimento Territorial e combate à pobreza

Os processos de desenvolvimento territorial assessorados pelo CTA tem contribuído para a superação da pobreza rural nos municípios? A resposta a esta questão exige uma reflexão crítica sobre os significados da pobreza em sua complexidade e suas várias dimensões.

As ações e estratégias de ação do CTA sempre tiveram como princípio a busca da melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e suas famílias, especialmente aquelas mais necessitadas. Porém, em termos práticos, a sua intervenção sempre foi orientada para

as organizações (sindicatos e associações). Muitas das ações desenvolvidas contribuem para a redução dos níveis de pobreza dos grupos assessorados porém, até o presente, não foram desenvolvidas estratégias explícitas de combate à pobreza rural de forma mais abrangente, ou seja, para além das organizações. Este nunca foi um parâmetro balizador da intervenção.

O processo de sistematização, que teve o combate à pobreza como um dos seus três eixos básicos, representou uma oportunidade para de debater este tema de forma mais objetiva, tornando explícitas as diversas visões sobre o problema da pobreza nos três municípios. Nos debates internos realizados procurou-se formular, uma conceitualização sobre pobreza, a partir da visão das pessoas sobre o tema. Conclui-se, desta forma, que a pobreza é um problema de múltiplas dimensões ou múltiplas faces. Se por uma lado a pobreza está relacionada à falta de acesso a bens materiais e serviços básicos necessários a uma sobrevivência digna, por outro, ela também pode ter a ver com uma situação de dependência e falta de autonomia das famílias carentes, perda da auto-estima, da auto-determinação e da identidade cultural. Nesta última situação as pessoas perdem a capacidade de perceber a sua própria condição e as alternativas existentes em seu meio.

Organismos de cooperação internacional como o DFID alertam para a necessidade e pertinência de novas abordagens em ações de combate à pobreza, que possam dar conta da complexidade do problema e das múltiplas alternativas para sua superação. A abordagem dos Meio de Vida Sustentáveis (*sustainable livelihoods*) é proposta pelo DFID como um arcabouço que pode ser utilizado na análise da situação de pobreza e proposições de políticas e ações para a sua erradicação. Este enfoque contempla boa parte das preocupações do CTA relacionadas ao entendimento do que vem a ser a pobreza. Segundo esta abordagem, a pobreza deve ser compreendida como um *Contexto de Vulnerabilidade* no qual as pessoas carentes estão inseridas e onde tentam obter o seu sustento (DFID, 2003).

Segundo a abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis (MVS) as estratégias de superação da pobreza devem ter como meta a otimização dos recursos (capitais) existentes e a

minimização dos problemas de acesso a estes mesmos capitais¹ (capital humano, social, natural, físico e financeiro). Clercx (2003) apresenta de forma resumida o significado de cada um destes capitais:

- Capital Natural: o conjunto de recursos naturais a disposição das unidades familiares: terra, animais, água, bosques, fauna, flora, condições climáticas e biodiversidade.
- Capital Humano: conhecimentos, habilidades técnicas, experiências adquiridas, estado de saúde e bem-estar, capacidades pessoais e de liderança.
- Capital Social: redes familiares e comunitárias, relações de amizade e confiança, vínculos associativos, força da coesão e organização social local, pertencimento a grupos, relações de compadrio e apadrinhamento. Ou seja, relações sociais que podem se mobilizadas em função das estratégias familiares, seja de importância para o “acesso” ou para a “mobilidade social” ou familiar.
- Capital Físico: casa, ferramentas, instalações e equipamentos, energia, meios de transporte e de comunicação, infra-estrutura pública como estradas, pontes, etc.
- Capital Financeiro: poupança em efetivo, créditos, remessas, pensões

Para uma melhor compreensão do problema da pobreza, optou-se por estimar a variação destes cinco capitais ou recursos com os quais as famílias carentes podem contar, nos três municípios onde o CTA desenvolve as ações do PDL. Muito embora este arcabouço não tenha sido utilizado para definir o *marco zero* dos processos municipais, o resgate e sistematização das experiências locais permitem estimar a variação qualitativa dos recursos desde o momento inicial do programa até os dias atuais, além de permitir uma identificação precisa das estratégias que os agentes e as famílias vem adotando para superar a situação de vulnerabilidade ou de pobreza.

¹ Embora o termo capital seja alvo de algumas controvérsias, optamos por utilizá-lo a fim de manter a coerência do texto com a literatura especializada.

Pobreza rural nos municípios no momento inicial dos processos de DTR

Situação Inicial no município de Araponga

Em 1993 a população rural pobre de Araponga contava com um fornecimento precário de serviços de educação e saúde, e apresentava um alto índice de analfabetismo e evasão escolar. O isolamento de algumas comunidades rurais e a dificuldade de acesso a informação limitavam as capacidades e habilidades das pessoas e, portanto, o capital humano necessário à mudança das condições de vida. Por outro lado, as famílias podiam contar com os saberes locais tradicionais e com os conhecimentos e habilidades adquiridos por meio da participação nas atividades de caráter comunitário e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), uma estrutura organizativa informal ligada à Igreja católica..

Já no início do processo de DTR, as comunidades que vinham sendo assessoradas pelo CTA já possuíam uma base mínima de organização, via CEB's e STR e apresentavam um potencial para o fortalecimento do seu capital social. As pessoas destas comunidades já demonstravam possuir fortes laços de confiança mútua e disponibilidade para a cooperação, para a filiação a grupos formais e informais e participação na vida associativa ao nível local. As redes de solidariedade e o acesso a grupos organizados se apresentava como um dos principais recursos com o qual as famílias carentes podiam contar.

A filiação religiosa das famílias, católicas em sua maioria, atestava a existência de um conjunto de valores e normas de conduta individuais e coletivos onde destacam-se a solidariedade e uma “mística da terra”, componentes de um projeto de sociedade inspirado pela teologia da libertação. A existência de um ambiente social solidário, de confiança e coesão entre as famílias se apresentava, já, como um recurso fundamental para a superação da pobreza no município, no entanto este recurso era observado em apenas algumas comunidades rurais, sendo deficitário em outras, especialmente naquelas mais isoladas geograficamente.

Em 1989, ano da criação do STR, esta organização dava início a um sistema de crédito solidário destinado à compra e distribuição de terras entre as famílias mais carentes, segundo critérios e normas previamente estabelecidas: a compra de terras em conjunto. Neste sistema as famílias que tem algumas reservas, em produto ou mesmo em dinheiro, emprestavam estes recursos para aquelas que não tem terra e trabalham como meeiros ou assalariadas. O sistema era gerenciado por uma comissão do STR, que também criou e validou coletivamente as normas e critérios para a participação das famílias: os dez mandamentos que qualificam o comprador da terra. As famílias beneficiadas se comprometiam a pagar o empréstimo em produto, dentro de um prazo negociado entre as partes e uma comissão do STR intermediava o acordo. Em 1994 cerca de 20 famílias sem terra já haviam sido beneficiadas e se transformaram em novos proprietários de terras. Esta iniciativa já atestava a existência de laços de confiança e disponibilidade para a cooperação, elementos fundamentais para a criação e manutenção do capital social (Putnam, 1996).

Com relação ao capital natural as principais limitação observadas no diagnóstico de 1993 estavam relacionadas com o empobrecimento e degradação dos solos (perda da fertilidade e erosão) em função de décadas de cultivo ininterruptos sem a utilização de técnicas de conservação do solo. As famílias carentes estiveram historicamente instaladas em áreas marginais, de relevo montanhoso e com pouca disponibilidade de terra para cultivo. Em geral estas famílias recorriam ao arrendamento, à parceria ou a simples venda de sua mão-de-obra para os fazendeiros da região. No sistema de parceria os agricultores desprovidos de terra cultivam em propriedades de terceiros e dividem os resultados das colheitas com os donos das terras. O desmatamento e ocorrência de incêndios florestais contribuía para a degradação ambiental e afetavam a vida das pessoas mais pobres de forma predominante.

A precariedade das estradas, especialmente na estação chuvosa, era apontada como a principal limitação em termos de capital físico, dificultando o acesso das pessoas do meio rural aos mercados, à serviços de educação e saúde, às organizações e à informação. Mesmo a integração do município com outros centros urbanos regionais era dificultada pela má qualidade das estradas.

As safras de café eram as principais reservas ou mecanismo de poupança das famílias carentes mas a baixa qualidade e a escassez dos solos impediam a acumulação de capital financeiro. A ausência de fluxos regulares de dinheiro e de crédito oficial limitavam o acesso das famílias carentes do meio rural a este tipo de recurso. Por outro lado observava-se a existência de um sistema interno de trocas não monetárias (de produtos, de dias de trabalho, de serviços).

Situação Inicial no município de Tombos

A pobreza rural em Tombos tem como vetor principal as precárias relações de trabalho das quais dependem uma boa parte dos trabalhadores rurais assalariados do município. No início do processo de DTR a sobrevivência das famílias pobres dependia da venda da sua força de trabalho, tanto por meio do assalariamento quanto do trabalho sazonal. A situação de dependência junto aos proprietários de terras, somadas às dificuldades de acesso aos serviços de saúde, educação e mesmo às organizações representativas, limitavam as capacidades e habilidades das pessoas necessárias à superação da pobreza. O capital humano, era assim, comprometido pelas relações sociais e econômicas vigentes no município.

A atuação da igreja católica, por meio das CEB's está na raiz de um processo de formação de lideranças de agricultores familiares de Tombos. O STR criado em 1985 se apresentou, desde o seu início, como uma organização de defesa de interesses dos trabalhadores rurais assalariados e pequenos proprietários. Se por um lado a atuação da organização promoveu a identidade e coesão social dos agricultores familiares, por outro, a sua trajetória é marcada pelo conflito de classe entre trabalhadores e patrões (grandes proprietários), definindo um quadro de baixo nível de confiança entre os agentes e de baixa disposição para a cooperação. Com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais de 1996 as lideranças sindicais experimentam a oportunidade de participar da gestão municipal, após mais de cinquenta anos de hegemonia de um único grupo político no poder, e procuram colocar em prática ações voltadas para as camadas mais pobres da população

rural. Naquele momento o capital social existente esteve mobilizado nas organizações e no poder público porém com baixo grau de cooperação entre grupos com interesses diferentes.

O acesso precário ao recurso terra foi sempre um dos condicionantes da pobreza rural em Tombos. Por outro lado, as condições climáticas e de solo não ofereciam grandes limitações à produção agrícola, exceto em algumas áreas de relevo mais montanhoso. Em geral as pequenas propriedades contavam com uma pequena reserva florestal utilizadas pelas famílias como fonte de energia (lenha), madeira, plantas medicinais, entre outros usos. O regime de posse da terra (concentração fundiária) se apresentava como o principal limitante em termos de acesso da população rural pobre ao capital natural existente no município.

Trabalhadores assalariados e meeiros tinham enormes dificuldades para aumentar o seu capital físico já que não possuem a posse legal das terras onde trabalham. Eles estavam em uma situação de vulnerabilidade diante dos proprietários de terras. Neste contexto, as famílias dependiam ainda mais de infra-estruturas públicas como estradas, escolas, meios transporte e de comunicação, entre outras. No início do processo de DTR em Tombos a infra-estrutura existente nas comunidades não atendia às necessidades das famílias mais carentes. O diagnóstico realizado em 1998 identificou problemas como a falta de saneamento básico nas comunidades, especialmente a ausência de sistemas de coleta de esgotos, poluição das águas de uso público, falta de meios de transporte para os produtores de pequena escala, falta de estruturas para beneficiamento e comercialização dos produtos, precariedade das estradas na zona rural, falta de locais para realização de reuniões. A busca de solução para estes problemas deveria pautar as ações do poder público e entidades parceiras na implementação do PMDR de Tombos.

O baixo nível de poupança interna da agricultura familiar as dificuldades de gerar divisas por meio da comercialização da produção excedente limitavam o capital financeiro das famílias carentes. A venda da mão-de-obra familiar consistia, muitas vezes, na única estratégia de acesso a recursos financeiros. No PMDR, uma das ações estratégicas definida foi a de facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito agrícola do Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No âmbito das organizações a APAT (Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais) buscou recursos externos para estruturar um fundo de crédito rotativo para financiar pequenos projetos de famílias que tem dificuldades para acessar o crédito oficial.

Situação Inicial no município de Acaiaca

Nas últimas décadas ocorreu em Acaiaca um acentuado processo de êxodo rural, especialmente da parcela mais jovem da população rural. A migração das pessoas para os grandes centros urbanos ou mesmo para a sede do município era motivada pela busca de melhores condições de vida e melhor remuneração pelo trabalho. Em várias comunidades rurais do município a população pobre não possuía a posse da terra onde trabalhava, dependendo do trabalho assalariado, do arrendamento de terras ou parceria. A legislação trabalhista mais rígida que passou a vigorar no Brasil a partir do final dos anos 70 levou muitos proprietários de terras a evitar contratos e trabalho em regime de arrendamento, assalariamento ou parceria e também a optar por sistemas produtivos pouco intensivos em mão-de-obra, como por exemplo a pecuária extensiva. Com a migração dos jovens rurais para as cidades ocorreu um processo de “envelhecimento” da população rural. Por outro lado, a expansão da previdência social (aposentadoria) passou a beneficiar os trabalhadores rurais de forma mais abrangente convertendo-se em uma das principais fontes de renda das famílias. A prática do assistencialismo e a manutenção de laços de dependência das pessoas diante dos políticos caracterizaram a relação entre as pessoas carentes e o poder público nas últimas décadas.

Embora a taxa de analfabetismo em Acaiaca não fosse elevada, pode-se dizer que as famílias carentes do meio rural apresentavam um déficit de informações, habilidades e conhecimentos que lhes permitam superar situações de crise. Embora as pessoas do meio rural gozassem de boa saúde, as reduzidas oportunidades de trabalho e as dificuldades de acesso à terra, limitavam a concepção e realização de projetos de vida individuais ou familiares.

As pessoas do meio rural de Acaiaca participavam tradicionalmente de grupos associativos informais, principalmente aqueles animados pela igreja católica. Em 2001 existiam no município poucas associações formais, sendo o STR praticamente a única organização com maior inserção entre as comunidades mais carentes. Com diagnóstico participativo constatou-se, em muitas comunidades, uma baixa disponibilidade das pessoas para participar de ações de interesse público em função, principalmente, do descrédito nas instituições políticas e da baixa auto-estima das pessoas que residiam no meio rural. Embora não houvesse uma base organizativa forte, a coesão social local, fundada em laços comunitários e de parentesco, atestava a ocorrência de um bom nível de capital social que poderia ser mobilizado para as ações de planejamento e implementação das ações estratégicas para o desenvolvimento municipal.

Por meio da atuação da Igreja católica, iniciou-se na década de 90 um processo de formação de lideranças dos agricultores familiares e moradores da área urbana do município. Este processo culminou com a participação deste grupo de lideranças nas eleições municipais de 2000, por meio do Partido dos Trabalhadores, que saiu vitorioso do processo eleitoral. Este fato mudaria substancialmente o cenário político local, com a incorporação de novos atores sociais à arena política.

O meio natural de Acaiaca já forneceu importantes recursos para a população pobre do meio rural, mas atualmente observa-se um esgotamento destes recursos pela super-exploração. Entre as décadas de 40 e 80 as florestas nativas da região foram sistematicamente convertidas em carvão vegetal fornecido como fonte de energia para as indústrias de ferro e aço instaladas na região mineradora próxima à Acaiaca. Em 2001 os recursos florestais eram escassos. Com relação ao usos do solo observava-se a predominância de pastagens plantadas e a ocorrência de processos erosivos resultantes do desmatamento, manejo inadequado e não utilização de técnica de conservação do solo. A degradação das nascentes e contaminação dos cursos de água era uma realidade em todo o município, afetando a disponibilidade de água potável e recursos pesqueiros. O clima tropical úmido favorecia a agricultura, porém, o relevo montanhoso limitava a

disponibilidade de áreas agricultáveis. A baixa altitude também limitava a produção de café, uma importante cultura para a economia regional.

O município de Acaiaca contava com uma rede relativamente densa de estradas vicinais que facilitam a integração entre as comunidades rurais e a sede municipal. Havia um sistema de transporte público que atende aos estudantes da zona rural em seu deslocamento para as escolas localizadas nas comunidades ou na sede municipal. Durante a estação chuvosa o acesso à algumas comunidades rurais era dificultado em função dos danos causados às estradas pelas chuvas. O município não contava com entrepostos ou feiras que facilitassem a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Em geral os produtores se deslocavam com seus produtos até municípios vizinhos, onde vendiam a sua produção para comerciantes ou diretamente aos consumidores, nas feiras públicas.

O acesso da população rural pobre de Acaiaca a recursos financeiros dependia da venda de mão-de-obra aos proprietários de terras, da renda agrícola obtida nas pequenas propriedades, em sistemas de parceria ou arrendamento e de aposentadorias ou pensões. A agricultura praticada na maiorias das pequenas propriedades respondia pela subsistência das famílias mas gerava pouco excedente comercializável e que pudesse ser revertido em recursos financeiros. O acesso às linhas de crédito oficiais era limitada quase sempre pela ausência ou precariedade da documentação de posse da terra, geralmente obtida por partilha de herança.

Desenvolvimento Territorial e o combate à pobreza nos municípios

O processo de DTR em Araponga

A parceria do CTA, primeiro com as CEB's e depois com o STR permitiu a implementação de experiências de produção agroecológica envolvendo grupos informais compostos por lideranças e membros do sindicato. Estas ações tiveram êxito no objetivo que se proponham, mas não permitiam a replicação e expansão das experiências para outras

comunidades do município. O diagnóstico participativo realizado em 1993-94 demonstrou que a segurança alimentar das famílias das comunidades rurais não estava assegurada já que a atividade agrícola estava centrada na monocultura do café, com baixo nível de diversificação da produção e da renda agrícola.

No início dos anos 90 o STR de Araponga possuía pouco mais de 200 associados. Boa parte destes era composta por agricultores sem terra que trabalhavam em sistema de parceria ou arrendamento. Esta condição limitava a autonomia das famílias e a sua capacidade de investimento na produção. Outro aspecto crucial identificado durante o diagnóstico foi o problema da “terra fraca”, ou seja, a perda da fertilidade dos solos, resultado da degradação do solo pelo cultivo contínuo e pela não adoção de técnicas de conservação deste recurso.

O problema do acesso precário ao recurso terra era apontado como um dos mais graves, exigindo políticas e ações concretas por parte do STR e organizações parceiras. A ampliação da experiência da compra conjunta de terras se apresentava como uma das alternativas mais importantes para se promover a melhoria das condições de vida e a autonomia das famílias carentes. No final de 1994, 21 famílias de agricultores familiares haviam adquirido suas terras por meio deste sistema de crédito fundiário solidário.

O processo de diagnóstico participativo desencadeado em 1993-94 deu origem a um plano de ação para o STR, executado nos anos seguintes com a assessoria do CTA. Um conjunto de ações deste plano tiveram impacto sobre as condições de vida das famílias mais carentes do meio rural do município. Entre estas ações podemos destacar:

a) Ampliação das experiências de produção “agroecológicas” por meio da capacitação dos agricultores e suas famílias e implementação de novas experiências definidas a partir dos problemas identificados no diagnóstico. O objetivo desta ação foi de aumentar a produção e a produtividade das propriedades, diminuir a dependências de insumos externos por parte dos agricultores, aumentar a diversificação da produção e da renda das famílias e promover

o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis. Ferrari (2003) lembra que as principais inovações técnicas implementadas foram:

1. *Manejo alternativo do solo de forma a preservar a sua fertilidade e estrutura física.*
2. *Correção do solo em função da necessidade (calcário, adubos orgânicos e químicos)*
3. *Diminuição do uso de agrotóxicos e adição de métodos alternativos de controle de pragas e doenças.*
4. *Diversidade de espécies de múltiplas funções nos sistemas de produção de café*
5. *Implantação de Sistemas agroflorestais*
6. *Diversificação na produção e na renda das propriedades*
7. *Resgate, conservação, avaliação e uso de variedades locais*
8. *Recuperação de nascentes por meio do plantio de árvores nativas e frutíferas*

b) Ampliar a experiência da conquista de terras em conjunto como uma estratégia que visa garantir o acesso das famílias carentes ao recurso terra, condição fundamental para a estruturação produtiva e inserção econômica e social destas famílias.

c) Implementação de infra-estruturas produtivas como a construção e uso de um engenho coletivo para a produção de rapadura e açúcar, aquisição de uma beneficiadora volante do café para tender aos agricultores familiares meeiros e pequenos proprietários, aquisição de um micro trator e máquina de beneficiamento de arroz,

d) Influenciar as políticas públicas do município visando uma melhor provisão de serviços de saúde e educação para as comunidades rurais do município.

Em 2000, após vários anos de trabalho em parceria entre o CTA e o STR estas organizações iniciam um processo de negociação com o poder público municipal. O objetivo deste processo de concertação foi a construção e implementação participativa de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). Partindo das experiências acumuladas pelo agricultores ligados ao STR e apoiados pelo CTA, o PMDRS

pretendeu viabilizar um conjunto de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades rurais. O plano previa a realização de investimentos públicos para a melhoria das estradas e da infra-estrutura pública tanto no meio rural quanto na sede do município. Também foram realizadas ações voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e educação fornecidos à população rural pobre.

Mudanças nas condições de vida das famílias carentes de Araponga

O longo processo de formação de base e de participação das pessoas em ações coletivas voltadas para o desenvolvimento provocou um substancial aumento das capacidades, das habilidades e da própria auto-estima das famílias. Constata-se o aumento do capital humano como um dos resultados da participação das pessoas nas atividades associativas, de formação e capacitação dos grupos. Em 2000, cerca de 70% da população rural de Araponga era alfabetizada.

O capital social existente nas comunidades rurais de Araponga é um dos principais recursos com os quais as famílias carentes podem contar para superar situações de crise. O aumento da participação nas organizações é apontado como um dos principais resultados do processo de DTR no município. O STR, que em 1993 contava com pouco mais de 200 associados, conta atualmente com mais de 900 sócios. Além disso, a organização tem fomentando a viabilização da Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), da Escola Família Agrícola (EFA) e de uma Cooperativa de Crédito destinada a apoiar a produção familiar do município.

A experiência da compra conjunta de terras, que em 94 beneficiava 21 famílias, atualmente atende a 98 famílias, contando com 0% de inadimplência e provocando o reordenamento agrário do município, onde famílias sem terra tornam-se proprietárias. A ampliação deste sistema de crédito fundiário baseado na cooperação e nos laços de reciprocidade comunitária também comprova a mobilização e manutenção do capital social entre a agricultura familiar de Araponga como um dos resultados mais importantes em termos de

combate à pobreza. Esta experiência original foi documentada em vídeo e difundida entre milhares de pessoas das diferentes regiões do Brasil. Ao tomar conhecimento da experiência, a diretoria da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), selecionou o CTA como o parceiro regional da Política Nacional de Crédito Fundiário, que pretende financiar a compra de terra por parte de famílias carentes do meio rural. Por meio desta parceria o CTA pretende assessorar a implementação do programa em 30 municípios da Zona da Mata nos próximos anos.

Porém, a ocorrência de capital social não se dá de forma homogênea no município. Há uma nítida regionalização deste recurso já que ele parece se concentrar em algumas comunidades onde as pessoas possuem uma tradição de participação e de cooperação. Também é nítida a relação entre a participação e coesão social dos grupos e a melhoria das condições de vida das famílias. Famílias que residem em comunidades com pouca tradição de participação e de cooperação encontram maiores dificuldades para superar a condição de pobreza. O desafio que se apresenta para as organizações e para o CTA é promover a formação de capital social nestas comunidades.

O aumento da confiança e da cooperação entre as organizações privadas e os agentes públicos tem promovido um aumento substancial na qualidade do governo local e melhoria na provisão de serviços públicos como os de saúde e educação. A melhoria das condições das estradas e das infra-estruturas municipais é apontado como um dos resultados mais importantes da implementação do PMDRS de Araponga, demonstrando o aumento do capital físico com o qual as famílias carentes podem contar.

A ampliação da experiência da compra de terras tem levado a um aumento do capital natural com o qual as famílias carentes passam a contar ao ingressarem no sistema. Por outro lado, a adoção de técnicas de manejo e conservação dos recursos naturais (solo, floresta, água) promovem o uso sustentável destes recursos, ou seja, a sua disponibilidade atual e futura.

No aspecto financeiro os agricultores familiares ligados ao STR receberam apoio do CTA para que pudessem acessar o Fundo de Crédito Rotativo de uma organização regional, a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata. Atualmente este sistema já financiou 53 famílias em Araponga, com mini-projetos individuais ou coletivos. A criação, nos anos recentes, de um mercado do produtor destinado a comercializar a produção familiar se apresenta como uma alternativa de geração de renda estimulando as famílias a produzirem mais e melhor, mesmo que em pequena escala.

Nos últimos anos o CTA vem realizando o monitoramento dos impactos econômicos das práticas agroecológicas adotadas por agricultores de Araponga, além de comparar o resultados dos sistemas de produção “agroecológicos” com os ditos convencionais. O resultado do monitoramento oferece muitos elementos sobre como a adoção das práticas agroecológicas podem levar a melhorias nas condições de vida das pessoas carentes do município. Ferrari (2003) destaca a maior **autonomia**¹ das famílias “agroecológicas” quando comparadas às “tradicionais”:

Quando analisamos, por exemplo, as informações sobre as alternativas de fontes de renda e prioridades no seu uso, verificamos que as primeiras, além de terem fontes de renda mais diversificadas, utilizam a renda obtida no café para a realização de investimentos, ao passo que as demais dependem desta renda para as despesas corriqueiras, do dia-a-dia da família (Ferrari, 2003:06).

O monitoramento também registrou o papel mais ativo dos agricultores/as “agroecológicos” na sociedade “resgatando valores comunitários, a solidariedade através de mutirões e troca

¹ Almeida(2001) lembra que o conceito de autonomia deve ser aqui compreendido como “a capacidade do sistema (unidade de produção familiar) regular as suas relações com agentes externos (bancos, agroindustrias, atacadistas etc.). Levam-se aqui em conta os processos de organização, de tomada de decisão e a capacidade do sistema de definir internamente suas próprias estratégias de reprodução econômica e técnica, seus objetivos, suas prioridades, sua identidade e seus valores (Almeida, 2001:06).

de dias (de trabalho), ao contrário da conduta dos “convencionais”, caracterizada por um maior isolamento e individualismo”(Ferrari, 2003:06).

A experiência de DTR de Araponga demonstra claramente as múltiplas estratégias que as famílias e as organizações podem adotar para buscar a superação da pobreza. O uso dos recursos ou dos capitais por parte das famílias não se dá de forma segmentada mais sim de forma integrada. As iniciativas mais “completas” de combate à pobreza parecem ser aquelas que em que as famílias lançam mão de vários recursos ao mesmo tempo, ou seja, quanto elas recorrem aos capitais social, humano, natural, físico e financeiro simultaneamente. Este é o caso da experiência da compra de terras em conjunto.

O processo de DTR em Tombos

A atuação do CTA no município de Tombos ocorre desde 1987, inicialmente por meio dos programas temáticos voltados para o desenvolvimento e adaptação de tecnologias alternativas, mas só em 1998 é que a entidade passa a adotar o enfoque territorial na sua intervenção. A APAT fora criada em 1992 com a missão específica de viabilizar processos de organização da produção, beneficiamento e comercialização, atuando diretamente sobre questões relacionadas ao desenvolvimento local.

O expectativa inicial dos agricultores com relação à APAT esteve voltada para o enfrentamento de um dos problemas mais sérios da agricultura familiar do município: a dependência das famílias diante dos atravessadores, a ausência ou precariedade de canais de comercialização que permitissem o escoamento da produção familiar. Este problema assumiria um sentido estratégico na formulação e implementação do PMDR no município.

No início de 1997 o Partido dos Trabalhadores assume a prefeitura municipal de Tombos com o apoio explícito das organizações dos agricultores familiares. Lideranças sindicais são convidadas a participar, tanto assumindo cargos administrativos, como por exemplo a secretaria municipal de agricultura, quanto oferecendo suporte às ações do governo para a

agricultura. Em 1998 a prefeitura municipal formaliza um convênio com o CTA para que a entidade assessorasse a construção de um PMDR em Tombos. O CTA vinha atuando no município desde 1987, assessorando as organizações locais na geração, adaptação e difusão de tecnologias alternativas voltadas para a produção familiar. O propósito da elaboração do PMDR era potencializar as experiências acumuladas pelos agricultores agroecológicos e facilitar a elaboração e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento rural do município de forma mais integrada.

O plano finalizado no final de 1998 foi o resultado de um processo de diagnóstico participativo que envolveu pessoas de todas as comunidades rurais de Tombos, onde se procurou identificar e analisar os principais problemas que afetam a vida dos trabalhadores rurais assalariados, meeiros e pequenos proprietários. Assim, nos anos seguintes, um conjunto de ações foi implementada visando atender as demandas contidas no plano.

Um dos problemas prioritários, na visão dos próprios agricultores, era a ausência ou precariedade dos canais de comercialização da produção agrícola, especialmente aquela de pequena escala, praticada por agricultores assalariados, meeiros ou pequenos proprietários. Mais do que um problema conjuntural, tratava-se de um entrave histórico ao fortalecimento da agricultura familiar no município. Para enfrentar este problema a APAT optou pela abertura de um mercado do produtor, ou seja, um entreposto comercial gerido pela associação e no qual os produtores podem fornecer seus produtos diretamente aos consumidores do município. O caráter agroecológico da produção agrícola familiar defendido pela APAT foi transferido também para o mercado do produtor, ao se definir como norma a comercialização apenas de produtos obtidos sem o uso de agrotóxicos. Desta forma, o mercado do produtor atinge um segmento específico do mercado de alimentos ao nível local.

Também como uma demanda do PMDR a APAT, com o apoio do CTA e da Secretaria Municipal de Agricultura, viabilizou um projeto para a instalação de uma agroindústria familiar destinada a beneficiar e industrializar a produção agrícola familiar do município. A agroindústria consiste em um conjunto de infra-estruturas físicas de pequeno porte como

laticínios, unidade de produção de açúcar mascavo e cachaça, unidades de beneficiamento e armazenamento de arroz, milho e café, um local para realização de reuniões, cursos e encontros, além de um veículo para o transporte dos produtos das propriedades até a indústria e de lá até os mercados consumidores no município e na região. O projeto da ordem de US\$ 200.000,00 foi financiado pela Interamerican Fundation (IAF).

O convênio do CTA com prefeitura municipal viabilizou um serviço de assistência técnica aos agricultores familiares visando a viabilização da produção agroecológica. A prestação deste serviço foi assumida por um técnico do CTA alocado em Tombos e atuando segundo as diretrizes do PMDR. Nos anos seguintes, um conjunto de ações de assessoria técnica e capacitação foram realizadas com o objetivo de ampliar as capacidades e habilidades das famílias com relação à produção agroecológica.

Por outro lado, a Secretaria da Agricultura procurou viabilizar o acesso dos agricultores à linhas de crédito à linhas de crédito oficiais como o PRONAF. Além disso a própria APAT estruturou um fundo de crédito rotativo para apoiar aquelas famílias que tem dificuldade em acessar o crédito oficial.

Além de ações diretamente relacionadas à produção agrícola o PMDR definiu um conjunto de prioridades para as políticas públicas na área de saúde, educação, infra-estrutura e meio ambiente. Muitas destas ações tiveram impacto sobre a qualidade de vida das famílias carentes do meio rural. No entanto, abordaremos neste documento aquelas ações cujos resultados são mais diretos e facilmente perceptíveis.

Mudanças nas condições de vida das famílias carentes de Tombos

A participação dos agricultores familiares na vida política de Tombos resulta de um longo processo de formação de base, inserção social e afirmação da identidade dos trabalhadores do campo. O processo de DTR iniciado em 1998 não pode ser considerado como um início e sim como um momento dentro de uma trajetória social mais ampla, onde setores

marginalizados da população adquirem um novo status na sociedade local, afirmando a sua cidadania e seus projetos no aspecto político e econômico. Não é possível mensurar o quanto o processo de DTR iniciado em 98 contribuiu para a diminuição da pobreza rural no município sem se considerar os passos anteriores que já haviam sido dados.

Um acúmulo de capital humano foi necessário para que lideranças e pessoas das comunidades tivessem as habilidades necessárias para participar do diagnóstico da realidade e da proposição de um plano de desenvolvimento local. Apesar desta constatação, admite-se que a participação dos agricultores familiares na formulação e implementação de políticas públicas ao nível local representou um importante acréscimo de novos aprendizados, habilidades, de formação e informação sobre as oportunidades e alternativas existentes em termos de superação da pobreza. As pessoas das comunidades carentes estão muito melhor informadas sobre estas alternativas hoje, do que estavam no início do processo de DTR. Ocorreu um processo informal de formação que, por sua vez, provou uma elevação do capital humano ao nível local. Em 2000, 78% da população rural de Tombos era alfabetizada.

A participação em associações e no STR é considerada como fator determinante para a conquista da cidadania das pessoas do meio rural. A sindicalização e a documentação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais tem aumentado o conhecimento destes sobre os direitos e deveres de trabalhadores e proprietários de terras. O STR é composto por 2989 sócios. Já a APAT é formada por um corpo de 29 associados e o grupo de mulheres do STR, que no início do processo era apenas uma organização informal, converteu-se em uma associação legalmente constituída, a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMART), hoje com 93 associadas. O caráter concreto das ações, e dos seus resultados, tem provocado um maior reconhecimento das organizações por parte da opinião pública local. No entanto, persiste ainda um nível relativamente elevado de desconfiança entre os agentes públicos e privados, resultante da polarização política e do caráter ideológico que marca a relação entre estes agentes. O capital social parece ter sido mobilizado para as organizações mas com pouco impacto em termos de convivência entre grupos com interesses diferentes.

Em termos de acesso da população pobre aos recursos naturais existentes no município não parece ter havido grandes mudanças. Porém, a elevação da renda agrícola de algumas famílias de meeiros, principalmente em função da comercialização dos produtos via mercado do produtor, tem facilitado a aquisição de terras por parte destas famílias.

A implementação do PMDR trouxe mudanças importantes em termos de elevação do capital físico com o qual as famílias carentes podem contar. A estruturação do mercado do produtor, pela APAT, tem facilitado a comercialização de produtos e elevação da renda agrícola das mais de 350 famílias cadastradas como fornecedoras. A existência de um veículo que chega até as comunidades e propriedades mais isoladas e que facilita o transporte de produtos em pequena escala, beneficia diretamente as famílias mais carentes. A implantação da agroindústria da APAT representa uma importante alternativa em termos de agregação de valor aos produtos, além de permitir o armazenamento de produtos e a comercialização em épocas de preços mais favoráveis.

O fornecimento de produtos para o mercado do produtor tem sido uma importante fonte de renda para as famílias cadastradas, provocando um elevação do capital financeiro e da capacidade de investimento das famílias. O acesso ao crédito agrícola oficial (PRONAF) viabilizado pelas organizações, como a APAT e o STR, também representa um importante aporte de capital que as famílias podem utilizar para aumentar a sua capacidade produtiva e, portanto, a sua renda agrícola. Desde 1998, cerca de 400 projetos produtivos familiares foram financiados pelo PRONAF em Tombos. Por outro lado, as famílias com dificuldades em acessar as linhas de crédito oficial contam ainda com um Fundo de Crédito Rotativo (FCR) estruturado pela APAT e voltado para o financiamento de pequenos projetos produtivos, individuais ou coletivos. Até os dias atuais este fundo já financiou 53 famílias.

O processo de DTR em Acaiaca

Ao longo da década de 90 a atuação da Igreja católica em Acaiaca favoreceu processos de conquista da cidadania e afirmação da identidade de segmentos sociais antes marginalizados, como os agricultores e agricultoras familiares e pessoas carentes que

residem no meio urbano do município. Este processo de envolvimento culminou com a mobilização das pessoas e sua participação no processo político-eleitoral do município. Em 2000 o Partido dos Trabalhadores vence as eleições com amplo apoio de organizações de base formais e informais. Várias lideranças dos agricultores familiares são então convidados a colaborar na gestão municipal.

Em 2001 a prefeitura solicita do CTA a sua assessoria na construção de um plano de desenvolvimento local, a exemplo do que já vinha ocorrendo em Araponga e Tombos. Neste mesmo ano inicia-se o diagnóstico da realidade municipal e a elaboração participativa de um PMDRS. No ano seguinte são implementadas ações voltadas para o fortalecimento das organizações locais, provisão de serviços de assistência técnica às famílias de agricultores via convênio do CTA com a prefeitura local, formação de lideranças e educação de jovens e adultos.

Mudanças nas condições de vida das famílias carentes de Acaiaca

A constatação da fragilidade das organizações formais dos agricultores familiares de Acaiaca levou o CTA e a direção do STR local a realizar um esforço de formação visando elevar as capacidades e habilidades das pessoas do meio rural. Por outro lado, o diagnóstico realizado no município identificou demandas relacionadas com a educação de jovens e adultos e adequação das escolas à realidade do meio rural. Em 2000, 77% da população rural de Acaiaca era alfabetizada.

Uma das primeiras ações realizadas foi apoiar a articulação e formação da comissão municipal de mulheres trabalhadoras rurais. O resultado desta ação foi a ampliação e qualificação da participação das mulheres tanto no STR quanto nas atividades relacionadas à elaboração e implementação do PMDRS. A implementação de um projeto de Educação de Jovens Adultos (EJA) em uma das oito comunidades rurais do município tem promovido a alfabetização de 30 agricultores e agricultoras considerados lideranças comunitárias em potencial. A decisão de se implantar uma Escola Família Agrícola (EFA) em Acaiaca, também resultam das demandas relacionadas à educação e formalizadas nos acordos

realizados durante o processo de planejamento. Constatase que, ao privilegiar a participação, a formação e a informação das pessoas do meio rural, o processo de DTR tem favorecido o aumento do capital humano, da auto-estima e motivação das pessoas para o enfrentamento dos problemas da realidade local.

Com a provisão dos serviços de assistência técnica por parte do CTA amplia-se o leque de alternativas tecnológicas com o qual os agricultores pobres podem contar. A busca da segurança alimentar, da diversificação produtiva, da otimização dos recursos internos e diminuição dos insumos externos às propriedades tomam parte na pauta de prioridades do STR e das famílias diretamente assessoradas.

O tempo decorrido desde o início do processo de DTR em Acaiaca é demasiado curto para se afirmar que houve alteração do nível de capital social existente nas comunidades mais carentes. Porém, pode-se afirmar que, como resultado do processo, percebe-se uma maior mobilização e disposição das pessoas para a cooperação e busca de soluções para problemas comuns. As pessoas também estão melhor informadas sobre as ações do poder público e das organizações privadas.

Em termos de capital natural a pouca disponibilidade de terras que possam ser cultivadas pelas famílias carentes persiste como um dos problemas determinantes da pobreza rural. Estuda-se a viabilização de um fundo para a compra e distribuição de terras, a exemplo da experiência do STR de Araonga. Uma outra possibilidade cogitada é facilitar o acesso das famílias sem terra de Acaiaca ao Programa de Crédito Fundiário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ambas as alternativas ainda estão em gestação. Com relação a outros recursos ambientais como água e florestas, a prefeitura municipal e o CTA estão animando a construção participativa de uma *Agenda 21 Local*¹ para o município de Acaiaca, de forma a definir parâmetros e normas para o uso atual e futuro dos recursos.

¹ A *Agenda 21 Local* consiste em um conjunto de compromissos e diretrizes para o desenvolvimento sustentável, uso e manutenção dos recursos ambientais em nível local. Sua formulação deve partir de um processo de concertação entre as diferentes partes interessadas nas questões referentes ao uso dos recursos no século XXI e vem sendo

As diretrizes do PMDRS incluíram a melhoria das estruturas físicas, de caráter público, utilizadas pelas comunidade mais carentes de Acaiaca, especialmente a manutenção das estradas vicinais e a instalação de sistemas de fornecimento de água e coleta de esgotos. Ao nível da atuação do poder público, estas metas tem sido alcançadas de maneira satisfatória. Porém, ainda não é possível se perceber um aumento concreto do capital físico próprio das famílias, já que as relações de trabalho e o regime de posse da terra não se alteraram.

Embora não seja possível se constatar mudanças significativas em termos da renda agrícola das famílias, registra-se que, em decorrência do processo de DTR iniciado em 2001, cerca de 70 famílias acessaram o crédito agrícola via PRONAF. Porém, aquelas famílias com acesso precário à terra encontram limitações em obter crédito devido à falta de documentação da terra ou mesmo por se tratarem de famílias sem terra.

Considerações Finais

A sistematização das experiências demonstra que em cada município as famílias recorrem a recursos diferentes para superar a condição de pobreza. Observa-se também que os processos de DTR tem provocado uma elevação dos cinco tipos de recursos, em diferentes níveis, com resultados positivos concretos. A ampliação destes recursos ocorre a partir de uma base ou de uma estrutura já existente em cada município. Portanto, estes processos não criam novos recursos a partir do nada, mas sim a partir dos projetos, expectativas, estrutura organizativa e institucional existentes em cada local.

Uma outra constatação é de que os recursos ou capitais apresentam uma forte interdependência. Em Araponga, a existência de capital social e coesão social das famílias foi condição determinante para o aumento substancial dos recursos humanos, físicos, naturais e financeiros com os quais as famílias carentes podem contar. Em Tombos, uma base organizativa forte dos agricultores familiares foi fundamental para que se conseguisse estimulada pelo governo brasileiro como um dos desdobramentos da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92).

um aumento do capital financeiro, físico e humano disponíveis, alterando consideravelmente o cenário da agricultura familiar no município. Em Acaiaca, embora a experiência seja relativamente recente, observa-se o aumento da auto-estima das famílias e dos laços de confiança e cooperação entre os agentes públicos e privados.

Embora os PMDR's tenham sido elaborados com base nos territórios dos municípios como um todo, o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das famílias carentes não ocorre de forma homogênea, prevalecendo uma distribuição desigual da pobreza nos territórios. As reservas de recursos existentes em cada comunidade fazem toda a diferença no momento de implantação das ações voltadas para a superação da pobreza. Há problemas estruturais cujas soluções demandariam políticas específicas, estratégias de longo prazo e mudanças na esfera política local. O reordenamento agrário dos municípios, por exemplo, consistiria em uma política com eficácia comprovada em termos de combate à pobreza rural. Porém esta ação demanda recursos e decisões políticas nem sempre viáveis nas condições locais. A Política Nacional de Crédito Fundiário, a ser implementada pelo governo federal por meio da SRA/MDA, se apresenta como um importante instrumento capaz de facilitar o acesso à terra por parte das famílias carentes.

Boa parte das ações implementadas a partir dos PMDR's tem impacto para um conjunto mais amplo de agricultores e não apenas para aqueles que participam das organizações representativas ou associativas. No entanto, em se tratando da intervenção direta do CTA, as ações quase sempre limitam-se ao público das organizações. É justo afirmar que as famílias que se encontram em uma condição extrema de pobreza normalmente não participam das organizações e, portanto, estão fora do alcance direto do CTA. Em Araponga, por exemplo, existem comunidades com alto índice de pobreza e que não se beneficiam diretamente da intervenção do CTA, em função da ausência de uma base organizativa mínima por parte das famílias. Por outro lado, as mudanças no contexto municipal, defendidas e muitas vezes viabilizadas pela atuação do CTA, produzem impactos sobre as condições de vida destas famílias. São, portanto, efeitos difusos do processo de DTR e não apenas das intervenções específicas de cada organização.

A inexistência de estatísticas e indicadores sociais eficazes na mensuração da pobreza rural dificulta uma análise mais quantitativa sobre a magnitude do problema nos municípios. O Censo agropecuário de 1995-96, por exemplo, registra que no município de Tombos existem 352 estabelecimentos agrícolas familiares e 182 patronais. Sabe-se, no entanto, que no município há um grande número de trabalhadores rurais assalariados e meeiros que não tomam parte nesta estatística.

Os três municípios aqui analisados são atendidos por programas assistenciais, de responsabilidade do governo federal e voltados para a complementação de renda das famílias em situação crítica de pobreza. Este é o caso do Auxílio Gás, Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Atualmente o governo federal viabiliza a integração deste programas em um único: o Bolsa Família. Um auxílio de R\$ 50,00 mensais para famílias cuja renda per capita seja inferior a R\$ 50,00 mensais. O benefício pode aumentar em função do número de filhos de 0 a 15 anos na família (R\$ 15,00 por filho até o limite de três benefícios). Atualmente, no Brasil, o valor do salário mínimo é de R\$ 240,00, equivalente a US\$ 85,7. Estes programas amenizam problemas de subsistência das famílias carentes porém não alteram questões estruturais como as dificuldades de emprego na agricultura e o acesso à terra. Não há, no entanto, uma avaliação da eficácia e impactos deste programas em termos de superação da pobreza nos municípios da Zona da Mata.

Confrontado com os programas de auxílio renda ou de assistência à população carente, os processos de DTR desencadeados nos municípios de Araçuaia, Tombos e Acaiaca tem se ocupado de problemas estruturais da realidade rural, tais como o acesso à terra, ao mercado, e à serviços públicos de qualidade. Além disso, tais iniciativas estão inseridas em uma dinâmica de mudança institucional e política, conformando trajetórias e tendências de médio e longo prazos e abrindo novas perspectivas para a viabilização da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável.

Agradecimentos

A sistematização das experiências aqui descrita não seria possível sem o comprometimento e a colaboração de um grande número de pessoas. Mesmo correndo o risco de sermos injustos gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos a algumas pessoas, e organizações cuja colaboração foi indispensável para a realização dos trabalhos:

- À Eugênio Resende e Dalana Muscardi, pelo trabalho de relatoria e apoio na realização de todos os eventos coletivos do processo de sistematização.
- À equipe técnica do CTA, pela disponibilidade e pelas contribuições nos debates sobre pobreza rural.
- Às lideranças dos STR's e das associações locais de Araponga, Tombos e Acaiaca, pelas contribuições nos debates e pelas diferentes visões, que nos ajudaram a compor um quadro mais completo do problema da pobreza rural em cada município.
- À Irene Guijt, pelo incentivo, pelas boas sugestões, pela disponibilidade e interesse em contribuir com a experiência de sistematização.
- À equipe administrativa do CTA, que não mede esforços para tornar nossos sonhos realidade.
- Ao Fundo Chorlavi, pelo apoio financeiro que tornou possível o trabalho de sistematização e pelas sugestões teórico-metodológicas que representaram novos aprendizados para a equipe do CTA.
- À todas as pessoas que colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização desta sistematização. À eles e elas o nosso muito obrigado.

Anexo 01 : A sistematização da Experiência de DTR do CTA-ZM: eventos e atividades realizadas

Evento	Local e Data	Atividades realizadas	Participantes
Reunião preparatória de Araponga			
Reunião preparatória de Acaiaca (2ª Plenária dos Trabalhadores Rurais de Acaiaca)	14 agosto 2002 Comunidade de Boa Cama, Acaiaca-MG	- apresentação dos objetivos do Seminário de Intercâmbio. - construção da Linha do Tempo dos homens e das mulheres, do Planejamento Participativo (o que facilitou, dificultou e momentos marcantes). - reflexão individual das lições aprendidas. - escolha dos representantes para o Seminário.	13 H e 14 M e Equipe de apoio.
Reunião preparatória de Tombos	17 agosto 2002 Tombos-MG	- apresentação dos objetivos do Seminário de Intercâmbio. - construção da Linha do Tempo dos homens e das mulheres, do Planejamento Participativo (o que facilitou, dificultou e momentos marcantes). - reflexão individual das lições aprendidas. - escolha dos representantes para o Seminário.	34 H e 19 M e Equipe de Apoio.
Reunião da Equipe Técnica do CTA: Intercâmbio do PDL	14 agosto 2002 CTA-ZM, Viçosa-MG	- bate-papo sobre o PDL - resgate das reuniões preparatórias dos municípios - discussão sobre o entendimento de lição aprendida (o que é, para que, para quem e como) - construção da Linha do Tempo do CTA em relação ao PDL	Equipe Técnica do CTA, Ailton, Geninho e Irene Guijt
Primeiro seminário de intercâmbio	23 a 25 agosto 2002 Comunidade São Joaquim, Araponga-MG	- apresentação da linha do tempo dos municípios, contemplando a visão de homens e mulheres - destaque das diferenças na linha do tempo entre os 3 municípios - divisão em grupos, escolha e priorização dos temas que querem analisar mais - divisão em grupo e discussão de alguns temas priorizados e das lições aprendidas - visita à experiências de Araponga	<u>Acaiaca</u> :4H e 6M <u>Araponga</u> :16H e 5M <u>Tombos</u> :6H e 6M <u>Viçosa</u> (equipe de apoio+equipe técnica):4H e 5M <u>Convidados</u> :1H e 1M Total: 54

		- avaliação	
Reunião da equipe do PDL	11 de abril de 2003 CTA-ZM, Viçosa-MG	- discussão sobre o que é o intercâmbio e a sistematização - roteiro da sistematização e plano de difusão - encaminhamentos do Seminário de Intercâmbio	Equipe do PDL e Equipe de apoio
Reunião preparatória de Araponga	07 de junho de 2003 Araponga-MG	- breve relato sobre as particularidades dos PDL's nos três municípios - apresentação do vídeo sobre o 1º Intercâmbio - discussão dos temas priorizados para o 2º Intercâmbio (o que queremos saber mais, discutir sobre esses temas) - encaminhamentos para o 2º Intercâmbio - apresentação e discussão sobre a sistematização das experiências em DTR	15H e 6M e Equipe de Apoio
Reunião preparatória de Acaiaca	10 de junho de 2003 Acaiaca-MG	- breve relato sobre as particularidades dos PDL's nos três municípios - apresentação do vídeo sobre o 1º Intercâmbio - discussão dos temas priorizados para o 2º Intercâmbio (o que queremos saber mais, discutir sobre esses temas) - encaminhamentos para o 2º Intercâmbio - apresentação e discussão sobre a sistematização das experiências em DTR	2H e 8M e Equipe de Apoio
Reunião preparatória de Tombos	17 de junho de 2003 Tombos-MG	- breve relato sobre as particularidades dos PDL's nos três municípios - apresentação do vídeo sobre o 1º Intercâmbio - discussão dos temas priorizados para o 2º Intercâmbio (o que queremos saber mais, discutir sobre esses temas) - encaminhamentos para o 2º Intercâmbio - apresentação e discussão sobre a sistematização das experiências em DTR - últimos acertos da estrutura do 2º Intercâmbio	
Segundo seminário de intercâmbio	27 a 29 de junho de 2003 Tombos-MG	- visita a Agroindústria (leite, milho, arroz, café, açúcar e cachaça) e discussão sobre esses produtos	<u>Araponga</u> : 9 H e 6 M <u>Acaiaca</u> : 5 H e 9 M

		<ul style="list-style-type: none"> - apresentação em plenária das estratégias municipais de comercialização e debate - divisão em grupos e discussão de 3 temas escolhidos do 1º Seminário de Intercâmbio, e apresentação na plenária - avaliação 	<u>Espera Feliz</u> : 3 H e 2 M <u>Tombos</u> : 15 H e 9 M <u>Viçosa (equipe de apoio+equipe técnica)</u> : 5 H e 4 M Total: 67
Entrevistas	22 de julho a 10 de novembro de 2003	<ul style="list-style-type: none"> - entrevistas estruturadas a partir de dúvidas da leitura dos documentos, para pessoas que tenham participado do processo do Plano 	<u>Araponga</u> : 11 H e 2 M <u>Tombos</u> : 9 H e 3 M <u>Acaiaca</u> : 6 H e 4 M <u>Equipe Técnica CTA</u> : 3 H e 1 M Total: 39
1ª Oficina de Sistematização em Araponga (primeiras conclusões)	04 de outubro de 2003 Araponga-MG	<ul style="list-style-type: none"> - debate sobre "O que é Sistematização?" - apresentação do que já foi feito da Sistematização até aqui - debater as conclusões tiradas das entrevistas feitas em Araponga 	<u>Araponga</u> : 19 H e 9 M + Equipe de Sistematização
1ª Oficina de Sistematização em Tombos (primeiras conclusões)	29 de outubro de 2003 Tombos-MG	<ul style="list-style-type: none"> - debate sobre "O que é Sistematização?" - apresentação do que já foi feito da Sistematização até aqui - debater as conclusões tiradas das entrevistas feitas em Tombos 	<u>Tombos</u> : 14 H e 14 M + Equipe de Sistematização
1ª Oficina de Sistematização em Acaiaca (primeiras conclusões)	17 de novembro de 2003 Acaiaca-MG	<ul style="list-style-type: none"> - debate sobre "O que é Sistematização?" - apresentação do que já foi feito da Sistematização até aqui - debater as conclusões tiradas das entrevistas feitas em Tombos - encaminhamentos para a oficina sobre as lições aprendidas 	<u>Acaiaca</u> : 5 H e 13 M + Equipe de Sistematização
1ª Oficina de Sistematização com a Equipe Técnica do CTA (primeiras conclusões)	14 de novembro de 2003 CTA-ZM, Viçosa-MG	<ul style="list-style-type: none"> - relembrar os Eixos do Fundo Minka Chorlavi e os Temas do CTA-ZM - apresentação do que já foi feito da Sistematização até aqui - debater as conclusões tiradas das entrevistas feitas com a 	<u>Equipe técnica</u> : 4 H e 4 M + Estagiários do CTA + Equipe de Sistematização

		Equipe Técnica	
Oficina para a redação das Lições Aprendidas	02 e 03 de dezembro de 2003, Guiricema-MG	<ul style="list-style-type: none"> - retomada do processo de sistematização - discussão sobre o que são lições aprendidas - leitura das primeiras conclusões dos municípios e técnicos - obtenção, identificação e qualificação das lições aprendidas, por grupos de lideranças locais e técnicos (as). - apresentação das lições de cada grupo - avaliação da oficina 	<u>Equipe técnica:</u> 4 H e 6M <u>Equipe de Apoio:</u> 3H e 1M <u>Araponga:</u> 3 H e 3 M <u>Acaiaca:</u> 3 H e 1 M <u>Tombo:</u> 4 H e 3 M Total: 31

Anexo 2 – Lista dos documentos analisados

APAT. **Projeto de Consolidação do Desenvolvimento Local Sustentável em Tombos – MG.** Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais. Tombos – MG. APAT. 2002. 20p. (mimeo)

ARTR-ZM **Critérios para a utilização do Fundo de Crédito Rotativo.** Viçosa: Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata de Minas Gerais. 2002. 3p. (mimeo)

CARRARA, Álvaro Alves. **Relatório do Estágio realizado no Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) no período de outubro de 1991 a junho de 1993.** Viçosa, 1993. 27p. (mimeo)

CERQUEIRA, Regina Coeli. **Estratatégias de integração agroindustrial: os agricultores familiares e a Aracruz Celulose na Zona da Mata mineira.** Tese de mestrado em Desenvolvimento Agrícola. Rio de Janeiro: UFRRJ/Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 1993 375p.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE TOMBOS-MG. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Tombos.** 1999. 59p. (mimeo)

COMERFORD, John Cunha. **“Como uma família”: Sociabilidade, reputação e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais.** Volume I. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2001. 221 p.

CONTAG. **Programa de Formação de Dirigentes e Técnicos em Desenvolvimento Municipal Baseado na Agricultura Familiar: Formação de Monitores – Documento Base** (versão preliminar). Brasília: Mtb/SEFOR/FAT. 1997. 129p. (mimeo)

CONTAG. **Desenvolvimento Local Sustentável Baseado na Agricultura Familiar: construindo um projeto alternativo.** Brasília: CONTAG/Mtb/Sefor/Codefat. 1997. 56p.

CTA-ZM. **Agricultura sustentável e Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro.** Projeto. Viçosa: CTA. 1995. 38p. (mimeo)

CTA-ZM. **Agricultura sustentável e Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro – Subprojeto 41 – Relatórios de Evolução da Implementação Semestral.** (mimeo):

ano 01 – período 01/10/96 a 31/03/97. Viçosa: CTA. 1997. 14p

ano 01 – período 01/04/97 a 30/09/97. Viçosa: CTA. 1997. 14p

ano 02 – período 01/10/97 a 31/03/98. Viçosa: CTA. 1998. 11p

ano 02 – período 01/04/98 a 30/09/98. Viçosa: CTA. 1998. 16p

ano 03 – período 01/10/98 a 31/03/99. Viçosa: CTA. 1999. 10p

ano 03 – período 01/04/99 a 30/09/99. Viçosa: CTA. 1999. 19p

CTA-ZM. **Agricultura Sustentável e Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro – Subprojeto XX**– Projeto. Viçosa: CTA. 1999. XXp. (mimeo)

CTA-ZM **Conquista de Terras em Conjunto**. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. Sem data. 8p. (mimeo).

CTA-ZM **Intercâmbio do PDL: síntese das reuniões preparatórias da Araponga e Acaiaca**. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. 2002. 7p. (mimeo).

CTA-ZM. **Projeto de Apoio Institucional – Plano Trienal 1998-2001**. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. 1998. 62 p. (mimeo)

CTA-ZM. **Projeto de Apoio Institucional – Plano Trienal 2001-2004**. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. 2001. 47 p. (mimeo)

CTA-ZM. **Proposta de Apoio Institucional ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata**. Viçosa: CTA-ZM. 1995. 71 p. (mimeo)

CTA-ZM **Relatório de Avaliação do CTA - ZM**. Viçosa - MG: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. 1997. 132p. (mimeo).

CTA-ZM **Relatórios de Atividades**, Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata . (mimeo):

- **janeiro a junho de 1994**. 1994. 22p.
- **julho a dezembro de 1994**. 1994. 20p.
- **janeiro a junho de 1995**. 1995. 24p
- **julho a dezembro de 1995**. 1996. 21p
- **janeiro a junho de 1996**. 1996. 16p
- **julho a dezembro de 1996**. 1997. 22p
- **janeiro a junho de 1997**. 1997. 19p
- **julho a dezembro de 1997**. 1998. 22p
- **janeiro a dezembro de 1998**. 1999. 28p
- **janeiro a dezembro de 1999**. 2000. 42p
- **janeiro a junho de 2001**. 2001. 22p
- **janeiro a dezembro de 2002**. 2003. 11p
- **janeiro a junho de 2000**. 2000. 19p.
- **julho a dezembro de 2000**. 2001. 16p.

CTA-ZM **Relatório do Diagnóstico Participativo do Município de Acaiaca - MG**. Viçosa - MG: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. 2001. 40p. (mimeo).

CTA-ZM **Relatório do Encontro de Avaliação do Fundo Rotativo**. Eugenópolis: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. 2001. 11p. (mimeo).

CTA-ZM. **Revista 15 anos CTA**. Viçosa: CTA. 2002. 26 p.

DURAN, Regis Francisco Mairena. **La Participación de los Actores Sociales en La Formulación del Plan de Desarrollo Rural del municipio de Tombos – MG (Brasil).** Managua (Nicaragua). 2001. 17 p.

MARQUES, Carolina. **Retrato de Uma Realidade Camponesa: Diagnóstico Participativo na Zona da Mata Mineira.** / Carolina Marques, Eduardo Ribeiro e João A. Motta Neto. Viçosa: CTA-ZM, 1992. 120p

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.** 2001. 47p. (mimeo)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAIACA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. 2002.** 65p. (mimeo)

Anexo 3 - Pessoas entrevistadas durante o processo de sistematização

Nome	Município	Relação com a experiência
Romualdo José de Macedo	Araponga	Atua desde 1999 como técnico local do CTA no município de Araponga. Anteriormente participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e apoiou o processo de criação do STR de Araponga.
Francisco Gurgel Viana	Araponga	Chefe de gabinete do Prefeito de Araponga.
Cosme Damião de Oliveira	Araponga	Agricultor Familiar associado ao STR de Araponga. Foi um dos primeiros beneficiários da compra de terras em conjunto. Liderança sindical.
Geraldo Lopes Casimiro	Araponga	Agricultor Familiar e liderança sindical.
Ílson José de Medeiros Lopes	Araponga	Agricultor Familiar e foi presidente da Associação de Agricultores Familiares.
João Bosco de Souza	Araponga	Vereador do PT em Araponga e Agricultor Familiar.
Maurílio José de Souza	Araponga	Agricultor Familiar associado ao STR de Araponga. Foi beneficiário da compra de terras em conjunto, e liderança sindical.
Maria Nadir Lopes Martins	Araponga	Agricultora Familiar e liderança sindical.
Neide Leal Lopes da Silva	Araponga	Presidente do STR de Araponga e membro da comissão de mulheres do sindicato. Participou do programa de formação de monitores do CTA.
Nilton Teotônio Lopes	Araponga	Liderança sindical do STR de Araponga. Foi animador de comunidade pelas CEB's e candidato a prefeito do município por duas vezes. Acompanhou desde o início o processo do PDL de Araponga. Agricultor Familiar.
Paulo do Amaral Lopes	Araponga	Agricultor Familiar, e foi presidente do STR.
João Batista dos Santos	Araponga	Vereador do PT em Araponga e Agricultor Familiar.
Donizete Lopes (Vicente)	Araponga	Agricultor Familiar e liderança sindical.
Pedro Paulo Paranhos	Tombos	Agricultor Familiar e liderança sindical.
Margarida Alves de Oliveira Pinheiro	Tombos	Liderança sindical, membro da diretoria da APAT, foi secretária de agricultura de Tombos entre 97 e 2000.
Vanderli Pereira Pinheiro	Tombos	Liderança sindical e vereador por dois mandatos. Foi um dos principais agentes na fundação do STR e foi presidente da APAT.
Geovane Serqueira Burzinga	Tombos	Presidente do STR de Tombos e participou do Programa de Formação do CTA.
Sebastião Jorge Paranhos (Abatiá)	Tombos	Agricultor Familiar e liderança sindical, foi presidente da APAT.
José Braz Navarro	Tombos	Agricultor Familiar e liderança sindical, foi presidente da APAT.
José Oscar Salgado	Tombos	Foi Chefe de gabinete do prefeito de Tombos entre 1999 e 2000.
Gelcemar Sales Seabra	Tombos	Agricultor familiar e liderança sindical.
Ana Maria Terra Oliveira Bianchini	Tombos	Agricultora Familiar e liderança sindical, membro da diretoria da APAT.
Telma Meringue de Freitas Navarro	Tombos	Liderança sindical do STR de Tombos. Foi secretária municipal de educação entre 99 e 2000.
Sérgio Miranda	Tombos	Foi secretário de finanças da prefeitura de Tombos entre 97 e 2000.
Glauco Régis Florisbelo	Tombos/ Viçosa	Atuou como técnico local do CTA em Tombos de 1998 a 2000, e hoje é técnico do CTA em Viçosa e coordena o Programa de Desenvolvimento Local do CTA.
Eugênio Alvarenga Ferrari	Viçosa	Coordenador executivo do CTA.
Paulo Sérgio Ferreira Neto	Viçosa	Foi técnico do CTA de 1991 a 2000, como coordenador

		do Programa de Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro.
Simone da Silva Ribeiro	Viçosa	Coordenadora do Programa de Formação de Agricultores (PFA) do CTA.
Sérgio Silva Abraão	Viçosa	Atua no Programa de Associativismo e Comercialização e no apoio ao PDL.
Elisabeth Maria Cardoso	Viçosa	Atuou como técnica local do CTA em Tombos, e hoje atua no Programa de Associativismo e Comercialização.
Luís Ricardo de Souza Corrêa(Tigrão)	Acaiaca	Coordena o projeto da Agenda 21 em Acaiaca.
Deliene Fracete Gutierrez	Acaiaca	Atua como técnica do CTA em Acaiaca desde 2001.
João do Carmo Macedo	Acaiaca	Prefeito do PT em Acaiaca desde 2000, antes do cargo de prefeito era pároco em Acaiaca.
José Maria	Acaiaca	Ex-presidente do STR de Acaiaca.
Efigênia da Cruz Ventura	Acaiaca	Secretaria de Ação Social em Acaiaca.
Cirley de Oliveira Carvalho	Acaiaca	Agricultor Familiar e liderança sindical,Foi Secretário da Agricultura no início do Plano, e participou do Programa de Formação do CTA.
Marli Estevam dos Santos	Acaiaca	Agricultora Familiar e liderança sindical.
Geraldo Aves de Souza	Acaiaca	Agricultor Familiar e liderança sindical.
Gilmar de Souza Oliveira	Acaiaca	É professor do Projeto de Educação de Jovens e Adultos na comunidade do Maracujá em Acaiaca, estudou na EFA de Riacho de Santana-BA e coordena o projeto da EFA de Acaiaca, e faz parte da PJR.
Sérgio Gomes	Acaiaca	Atualmente é chefe de gabinete do Prefeito de Acaiaca, e já foi Secretário de Saúde em Acaiaca.
Dorvalina Maria Batista	Acaiaca	Agricultora familiar e liderança sindical.
Efigênia Teresa Marco	Acaiaca	Atual presidente do STR de Acaiaca e participou do Programa de Formação do CTA.

Referências Bibliográficas

Artigos em revistas:

Livros:

Clercx, L.; Deugd, M. 2003. Pobreza, Agricultura sostenible y servicios financieros rurales en America Latina: reflexiones sobre un estudio de caso en el departamento de Lempira, Honduras. Manágua: SIMAS, 55p.

Hurtado, A. D. 2001. Guia metodológica para la sistematización de experiencias del secretariado rural. La Paz: Secretariado Rural, 2001. 71p.

Putnam, R. D. 1996. Comunidade e Democracia – a experiência da Itália moderna. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 260p.

Capítulos em livros:

Trabalhos não publicados:

Almeida, S. G. 2001. Monitoramento de impactos econômicos de práticas agroecológicas - Termo de Referência. Rio de Janeiro: ASPTA, 16p. (mimeo).

Dfid. Manual de Orientação sobre Meios de Vida Sustentáveis. Documento em meio digital obtido no web site http://www.livelihoods.org/info/info_guidancesheets.html

Ferrari, E. A. 2003. Sustentabilidade Econômica de Práticas Agroecológicas: monitoramento de sistemas de produção em Araponga, Minas Gerais. Viçosa: CTA-ZM, 17 p. (mimeo).

Quadro 01- Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção
 Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal. - Araponga - MG

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	634	100,0	20.737	100,0	3.725	100,0
Total Familiar	569	89,7	12.239	59,0	1.756	47,1
maiores rendas	43	6,8	2.921	14,1	648	17,4
renda média	135	21,3	3.520	17,0	589	15,8
renda baixa	139	21,9	2.153	10,4	278	7,5
quase sem renda	252	39,7	3.643	17,6	241	6,5
Patronal	64	10,1	8.456	40,8	1.954	52,5
Instituições Religiosas	-	-	-	-	-	-
Entidades Públicas	1	0,2	42	0,2	15	0,4
Não Identificado	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*
 Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

Notas:

- Um hífen, "-" indica valor zero.
- O zero "0" indica um valor muito pequeno.

Quadro 02- Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção
 Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal. - Tombos - MG

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	534	100,0	25.410	100,0	5.604	100,0
Total Familiar	352	65,9	7.007	27,6	1.541	27,5
maiores rendas	56	10,5	1.562	6,1	784	14,0
renda média	112	21,0	2.723	10,7	508	9,1
renda baixa	59	11,0	865	3,4	117	2,1
quase sem renda	125	23,4	1.855	7,3	132	2,4
Patronal	182	34,1	18.403	72,4	4.063	72,5
Instituições Religiosas	-	-	-	-	-	-
Entidades Públicas	-	-	-	-	-	-
Não Identificado	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*
 Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

Notas:

- Um hífen, "-" indica valor zero.
- O zero "0" indica um valor muito pequeno.

Quadro 03- Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção
 Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal. – Acaiaca-MG

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	235	100,0	7.154	100,0	1.790	100,0
Total Familiar	202	86,0	4.226	59,1	515	28,8
maiores rendas	10	4,3	1.105	15,4	132	7,4
renda média	61	26,0	1.617	22,6	220	12,3
renda baixa	47	20,0	419	5,9	84	4,7
quase sem renda	84	35,7	1.084	15,2	79	4,4
Patronal	33	14,0	2.928	40,9	1.276	71,3
Instituições Religiosas	-	-	-	-	-	-
Entidades Públicas	-	-	-	-	-	-
Não Identificado	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*

Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

Notas:

- Um hífen, "-" indica valor zero.
- O zero "0" indica um valor muito pequeno.

Mapa 01. Os Municípios de Araponga, Tombos e Acaiaca, na Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil.

